

CARTAS QUE EDUCAM: EXPERIÊNCIAS REFLEXIVAS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PRÁTICAS DOCENTES

PARDIM, Maria Aparecida da Silva¹
SOARES, Maria Yollanda Barbosa²

Resumo: O presente texto publiciza o relato de uma experiência vivenciada durante a disciplina optativa “Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais”, ofertada no semestre de 2025/1, pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A disciplina ofertada em dois momentos presenciais de 24 horas e 12 horas remotas, teve como atividade a elaboração individual de duas cartas pedagógicas, com reflexões sobre as implicações conceituais trabalhadas nestes dois momentos. Ancorado na abordagem qualitativa, o relato elaborado em dupla, considerou a perspectiva descritiva, com análises interpretativas (Bortoni-Ricardo, 2008), para sistematizar excertos selecionados das 4 cartas pedagógicas elaboradas pelos autores. Como apontamentos finais, diante do exercício da escuta e intensas reflexões a partir das leituras trazidas pela disciplina, ficou evidente os abismos produzidos pelas desigualdades e pelo negacionismo. Em todos os contextos da educação e da pesquisa, apresentou a necessidade de repensarmos o lugar da tecnologia, sobretudo, o uso da ética na pesquisa e nas relações, considerando também, a urgência do desenvolvimento de uma educação plural e inclusiva, orientada pela sensibilidade, afetos e humanização das relações para a promoção da justiça social.

Palavras-chave: Disciplina Optativa; PPGEdu/UNEMAT; Educação; Formação Docente.

Considerações Iniciais

Enquanto alunas do Programa de Pós-graduação em Educação, ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário Jane Vanini, de Cáceres/MT, das linhas de pesquisa: “Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas” e “Educação e Diversidade”, nos matriculamos na disciplina optativa “Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais”, com o objetivo de aprofundar nossa compreensão acerca dos processos formativos docentes, especialmente no que se refere às

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/UNEMAT. Vinculada ao Grupo de Pesquisa “Juventude, Cultura e Políticas Públicas; Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade; Políticas Públicas, Direito, Estado e Sociedade – PPDES”. E-mail: tida.h@unemat.br

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdu/UNEMAT. Vinculada ao Grupo de Estudos Grafite. E-mail: maria.yollanda@unemat.br

relações entre políticas públicas educacionais, práticas pedagógicas e metodologias críticas de ensino e pesquisa, uma vez que a disciplina tem como ementa:

Bases teóricas, metodológicas e práticas da formação inicial e continuada de professores; construção do conhecimento docente; políticas e práticas docentes progressistas e transformadoras; identidade, reflexão e autonomia docente; investigação docente e relatos de experiências de boas práticas docentes.

Trabalhada no Semestre Letivo 2025/1, com 16 mestrandos, 4 doutorandos e 3 alunas especiais, a disciplina teve como objetivo “Ampliar e fortalecer as bases teóricas que fundamentam o conceito de Educação, Políticas Públicas e Pesquisa em uma perspectiva progressista, inclusiva, crítica e transformadora e reiterar a importância da inserção do professor no universo da investigação científica no campo da educação.” Os objetivos específicos compreenderam: Estudar correntes teóricas progressistas e transformadoras do campo da Educação, em diversos segmentos e modalidades educativas; compreender as bases teóricas e metodológicas que analisam Políticas Públicas Educacionais em uma concepção crítica e inclusiva; discutir resultados de pesquisas realizadas no campo da Educação e das Políticas Públicas Educacionais; e publicizar relatos sobre a experiência vivenciada no decorrer da disciplina (Plano de Ensino da disciplina disponibilizado pela professora, 2025).

Consideração metodológica: as narrativas das cartas pedagógicas

Isso posto, este relato orientou-se pela abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (2010), busca compreender o universo dos significados, das motivações, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, ou seja, a realidade social que não pode ser reduzida a dados quantitativos. Essa perspectiva privilegia a profundidade da análise e considera o contexto em que os fenômenos se inserem, permitindo interpretar as experiências em sua complexidade e historicidade.

Foram selecionados excertos de informações geradas com a elaboração individual das Cartas Pedagógicas. Após leitura cuidadosa das 4 cartas escritas pelas autoras deste relato de experiência, foram observados os aspectos conceituais, metodológicos e práticos mais

destacados nas referidas cartas. Os excertos selecionados compuseram o *corpus* de análises do relato de experiência, que foi dividido em dois itens: “Vivência, escrita e pesquisa: dimensões metodológicas do relato” e “Entre palavras e percursos: ecos das cartas pedagógicas”.

Com uma sistematização descritiva, os excertos foram analisados de forma interpretativa. Segundo Bortoni-Ricardo (2008), esse tipo de análise se organiza a partir de uma perspectiva qualitativa, em que nós pesquisadoras procuramos interpretar os sentidos e significados que emergem das narrativas, relacionando-os aos contextos sociais e culturais em que são produzidos.

Nesse movimento, a escrita reflexiva se constitui como um exercício de diálogo entre teoria e prática, permitindo compreender não apenas os enunciados explícitos, mas também as marcas históricas e subjetivas que atravessam a experiência. Nessa direção, Freire (1996) contribui ao conceituar a prática educativa como ato dialógico, no qual a reflexão crítica sobre a realidade é condição para a produção de novos saberes e para a transformação social.

Assim, a metodologia adotada neste relato de experiência permitiu não apenas registrar acontecimentos, mas, sobretudo, atribuir-lhes significado, revelando a potência formativa da escrita reflexiva para a construção do conhecimento e da pesquisa em educação. Essa sistematização também evidenciou que é possível ao professor realizar pesquisa em sua sala de aula, o aqui e agora pode ser o objeto de pesquisa e, nesse sentido, o professor se torna o pesquisador. Segundo Bortoni-Ricardo (2008), o professor pesquisador é aquele que ao observar as ações, também observa o que essas ações significam para os sujeitos nelas envolvidos e ainda busca compreender as relações existentes entre as ações do “microcosmo escolar” e as ações sociais de dimensões maiores:

O docente que consegue associar o trabalho de pesquisa a seu fazer pedagógico, tornando-se um professor pesquisador de sua própria prática ou das práticas pedagógicas com as quais convive, estará no caminho de aperfeiçoar-se profissionalmente, desenvolvendo uma melhor compreensão de suas ações como mediador de conhecimentos e de seu processo interacional com os educandos. Vai também ter uma melhor compreensão do processo de ensino e de aprendizagem (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 32-33).

De acordo com a autora, é possível que o professor, nesse contexto, se oriente por um conjunto de métodos e práticas típicos da pesquisa qualitativa, tais como a etnografia e a observação participante. Isso vai responder ao seu interesse de “[...] entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 34). Nessa mesma linha de entendimento, segundo a autora, a pesquisa qualitativa, através do método etnográfico, reúne procedimentos que busca manifestar realidades implícitas, muitas vezes invisibilizadas e/ou silenciadas no cotidiano de práticas sociais e que não estão evidenciadas para a percepção do olhar de quem participa ativamente dessas ações.

Vivência, escrita e pesquisa: dimensões metodológicas de um relato de experiência

Nosso relato de experiência tem como objetivo compartilhar o percurso formativo vivenciado na disciplina “Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais,” componente curricular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – PPGEdu/UNEMAT. A proposta metodológica conduzida pela professora Ângela, teve como eixo central a escrita de Cartas Pedagógicas (CP), entendidas não apenas como um exercício de escrita, mas como um dispositivo reflexivo capaz de articular experiências, sensibilidades, afetos, teorias e práticas educativas:

Esta carta, portanto, não é apenas um relato de experiência, mas um exercício de escuta sensível de mim mesma enquanto educadora em constante formação, comprometida com a construção de uma prática pedagógica mais humana e consciente. Além disso, externo por meio da escrita o resultado de um processo de intensa reflexão crítica a partir das leituras propostas e dos debates realizados em sala (Soares, CP, abril de 2025).

Ao longo do semestre, fomos instigadas a pensar criticamente sobre os sentidos da formação docente no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, considerando as mais variadas influências que tencionaram os projetos e modelos propostos em cada temporalidade, sobretudo, os desafios do tempo presente. A partir de leituras teóricas, rodas de conversa e apresentações em seminários, construímos, de forma coletiva e sensível, reflexões

sobre os desafios, as contradições e as potências que envolvem a prática educativa em um país marcado por desigualdades históricas.

Neste relato, buscamos não apenas descrever as atividades realizadas, mas também refletir sobre os aprendizados e deslocamentos provocados por esse processo. Acreditamos que narrar essa experiência é também reafirmar a docência como um ato político e esperançoso, capaz de transformar não só os sujeitos, mas também os contextos nos quais eles estão inseridos.

Ao longo do percurso acadêmico desta disciplina foram realizados dois encontros presenciais intensivos, cada um com carga horária de 24 horas, somando 48 horas presenciais, além de 12 horas complementares em formato remoto, totalizando 60 horas de formação. Assim, foi possível desenvolvermos diversas atividades que articularam leitura de textos teóricos, planejamento e apresentação de dois seminários em duplas, bem como rodas de debates e reflexões coletivas a partir da bibliografia proposta. A outra atividade de produção escrita se deu em duplas, com a elaboração de um relato de experiência, com o incentivo de publicização em dossiê.

Fundamentada na concepção de avaliação diagnóstica, processual e formativa, a avaliação teve como referência os seguintes critérios: compromisso e responsabilidade dos mestrandos, doutorandos e alunos especiais, no desenvolvimento de todas as atividades trabalhadas, quais foram: leituras, planejamentos e apresentações com discussões e debates da bibliografia indicada/estudada em dois seminários. Elaboração de duas cartas pedagógicas individuais e deste relato de experiência em duplas.

Na Unidade I e II, denominada “Educação & Política”, foram trabalhados 12 artigos de autores que discutem educação e políticas públicas. Nós apresentamos o artigo intitulado “Política Nacional de Educação Digital: letramento e cidadania para educação integral”, escrito pelos autores Ogaciano dos Santos Neves e Marcos André Fernandes Spósito (2025), publicado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

O artigo discute os impactos da pandemia da Covid-19 na educação brasileira e apresenta a Política Nacional de Educação Digital (PNED), sancionada em 2023, como resposta institucional aos desafios do ensino remoto e às desigualdades digitais. Os autores destacam que a pandemia escancarou a insuficiência de infraestrutura tecnológica e o despreparo de

RELVA, Juara/MT/Brasil, v. 12, n. 1, p. 85-103, nov. 2025.

docentes e discentes para o ensino mediado por tecnologias, o que ampliou as desigualdades sociais e educacionais já existentes. A partir dessa constatação, a PNED surge com o objetivo de promover o letramento digital, garantir o acesso à cidadania digital e contribuir para a formação integral dos estudantes, especialmente no Ensino Médio (Neves; Spósito, 2025).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura qualitativa, em estado da arte, dialogando com autores como Karl Marx, Pierre Lévy (1999), Paulo Freire, entre outros. São identificados quatro eixos estruturantes da PNED: inclusão digital; educação digital escolar; capacitação e especialização digital; e pesquisa e desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Cada um desses eixos busca enfrentar as barreiras tecnológicas, econômicas e formativas que impedem o acesso equitativo à educação digital no Brasil, principalmente para as populações mais vulneráveis (Neves; Spósito, 2025).

Os autores são críticos ao considerar que a PNED, sozinha, não é capaz de promover uma formação humana integral. Sem a ação transformadora do professor progressista, que compreenda sua função ética e política, as políticas correm o risco de se tornarem apenas estratégias técnicas de contenção de danos. A pesquisa evidencia que o letramento digital, embora necessário, não substitui a dimensão crítica, ética e emancipadora da educação, que deve ser construída a partir da práxis e do compromisso social dos educadores com uma escola democrática e inclusiva (Neves; Spósito, 2025).

A leitura e discussão do artigo de Neves e Spósito (2025), ampliaram nossa compreensão sobre os desafios contemporâneos da educação brasileira, especialmente no que diz respeito à inserção das tecnologias digitais de forma crítica e emancipadora. Como historiadora e letrada, reconhecemos que o letramento digital precisa ir além da apropriação técnica de ferramentas: trata-se de compreender a linguagem digital como um fenômeno cultural e político, que atravessa o cotidiano dos sujeitos e influencia diretamente as formas de ensinar, aprender e se comunicar. Nesse sentido, a PNED representa uma política com potencial transformador, desde que articulada com práticas pedagógicas comprometidas com a equidade social, a diversidade cultural e a formação cidadã.

Enquanto educadoras, somos atravessadas por vivências em diferentes campos do saber, mas convergimos na defesa de uma educação integral que não se limite a preparar para o

mercado, mas que forme sujeitos críticos, sensíveis e atuantes. A história nos ensina que as políticas públicas, para cumprirem seu papel social, precisam dialogar com as realidades concretas da população. Já a linguagem, em todas as suas expressões analógica ou digital, é um instrumento potente de leitura do mundo e de construção de identidades.

Por isso, reafirmamos a importância de uma docência engajada, capaz de mediar o acesso ao conhecimento e, ao mesmo tempo, questionar os limites e possibilidades das políticas educacionais em vigor. Nesse processo, a PNED pode ser uma aliada, desde que acompanhada de escuta, formação continuada e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Este primeiro momento foi concluído com o debate coletivo na tarde do 3º dia de aula sobre o livro “Escola Sem Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira”, organizado por Gaudêncio Frigotto (2017), permitiu-nos aprofundar uma compreensão fundamental para a escrita do nosso relato: a docência é, inevitavelmente, uma prática política. Ao contrário do que prega o movimento "Escola Sem Partido", o professor não é e nem pode ser um sujeito neutro. Essa negação da natureza crítica e formadora da educação é uma tentativa de silenciar vozes dissonantes e de esvaziar a escola como espaço de debate, diversidade e produção de conhecimento. Nesse sentido, a escrita das cartas pedagógicas ao longo da disciplina foi um ato de resistência, pois nos possibilitou afirmar nossas experiências e posicionamentos diante dos desafios contemporâneos da formação docente.

Ao narrar nossas vivências e inquietações por meio das cartas, reafirmamos o compromisso com uma educação dialógica, que se faz no encontro com o outro, com a escuta e com o confronto de ideias. Frigotto (2017), alerta para os perigos de uma educação domesticadora, que reduz o papel da escola à transmissão de conteúdos descontextualizados e desprovidos de crítica. Nossas cartas, pelo contrário, nasceram do reconhecimento de que a escola é um espaço de disputas simbólicas e sociais, e que o professor é um mediador de culturas, histórias e saberes. Nesse processo, a escrita tornou-se um exercício de afirmação da autonomia docente e da relevância de uma formação voltada para a emancipação humana.

Por fim, ao elaborarmos este relato de experiência, entendemos que narrar é também um gesto político. Escolhemos quais memórias recuperar, quais teorias mobilizar e quais sentidos atribuir à nossa formação. Em tempos de ameaças à autonomia docente, contar nossas

experiências formativas é, como afirma Frigotto (2017, p. 21), “[...] resistir à domesticação da escola e reivindicar o direito à educação como bem público e social”. Diante disso, reafirmamos a importância de uma formação docente que promova a leitura crítica da realidade, inspirada na tradição freiriana de esperança e compromisso ético com os sujeitos e com a educação pública de qualidade.

Na Unidade II e III, denominada “Educação, Política & Pesquisa”, foram trabalhados mais 12 artigos de autores que discutem as implicações da pesquisa de políticas públicas educacionais. Nesta etapa de estudos ficamos responsáveis pelo artigo “A pesquisa multi/intercultural na Educação: possibilidades de articulação a processos educativos”, produzido pelas autoras Vera Maria Ferrão Candau e Ana Ivenicki (2024).

O artigo discute as contribuições da perspectiva multi/intercultural para a pesquisa em educação, especialmente no que diz respeito à formação docente e às práticas escolares voltadas à valorização da diversidade cultural. As autoras argumentam que vivemos em sociedades marcadas pela pluralidade étnico-racial, religiosa, linguística, de gênero e de estilos de vida, o que exige da educação uma resposta que vá além da neutralidade e da homogeneização dos saberes. Nesse sentido, a pesquisa intercultural surge como um campo teórico e metodológico capaz de tensionar a lógica monocultural historicamente dominante nas escolas brasileiras.

Candau e Ivenicki (2024), enfatizam que a interculturalidade pressupõe o reconhecimento da diferença como valor e não como problema a ser superado. A perspectiva intercultural propõe um deslocamento do olhar eurocêntrico para formas de conhecimento historicamente marginalizadas, defendendo a construção de uma escola como espaço de diálogo, respeito e valorização dos saberes plurais. Isso implica repensar o currículo, as práticas pedagógicas e a própria formação de professores, que devem ser capazes de refletir criticamente sobre seus posicionamentos, práticas e visões de mundo.

A pesquisa intercultural, nesse contexto, também se constitui como uma prática ética, comprometida com os sujeitos sociais e suas experiências diversas. Por fim, as autoras defendem que a formação docente deve incorporar a interculturalidade como eixo estruturante, rompendo com modelos uniformizadores e autoritários. Para isso, é necessário que professores em formação sejam incentivados a reconhecer sua própria identidade cultural e a se

constituírem como pesquisadores de suas práticas, atentos às desigualdades e abertos ao diálogo com os diferentes saberes que compõem o espaço escolar.

As reflexões de Candau e Ivenicki (2024), dialogam profundamente com as experiências vivenciadas ao longo da disciplina “Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais”, especialmente no que se refere à valorização da diversidade e da escrita como prática formativa. As cartas pedagógicas escritas individualmente permitiram-nos revisitar nossas trajetórias, reconhecer os marcadores sociais que nos atravessam como gênero, raça, classe e cultura e, refletir sobre os desafios da formação docente em um país desigual e plural como o Brasil.

Além disso, na tarde do 3º dia de aula, o 2º momento foi reservado para o debate do livro “O Professor Pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa”, de Stella Maris Bortoni-Ricardo (2008). A leitura e o debate desta obra foram fundamentais para reafirmarmos a importância da pesquisa como prática docente e da escola como um espaço legítimo de produção de conhecimento. A autora parte da compreensão de que o professor deve ser “[...] um produtor de saberes, um intérprete da realidade que o cerca e que deve procurar compreender” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 19).

Essa concepção dialoga diretamente com a proposta metodológica vivenciada na disciplina, na qual a escrita de Cartas Pedagógicas (CP) e a elaboração do relato de experiência se traduziram em formas de investigar, registrar e reinterpretar nossas vivências enquanto educadoras em formação. Outro ponto central da obra é o incentivo à pesquisa colaborativa, que reconhece o valor da construção conjunta do conhecimento e rompe com a ideia de uma pesquisa solitária, distante da prática. Essa interlocução entre diferentes áreas do saber possibilitou uma leitura mais rica das políticas públicas e práticas educativas abordadas na disciplina, demonstrando na prática a potência da escrita coletiva e da escuta mútua como elementos formativos.

Entre palavras e percursos: ecos das cartas pedagógicas

As cartas pedagógicas produzidas ao longo da disciplina constituíram-se como um exercício de escrita sensível e crítica, no qual memória, teoria e experiência se entrelaçaram. A cada palavra escrita, revisitamos percursos pessoais e profissionais, permitindo que nossas trajetórias dialogassem com os conceitos e debates discutidos em sala. Inspiradas por uma perspectiva de formação que valoriza o sujeito, suas marcas e histórias, as cartas nos possibilitaram olhar para nossas práticas com mais escuta, profundidade e afeto. Desse modo, apresentamos excertos das CP que ecoam os sentidos construídos nesse processo, revelando inquietações, descobertas e reafirmações que marcaram nossa caminhada enquanto educadoras em formação.

Sobre a aula de abertura, quando a Professora conduz o diálogo, a partir do texto: A Educação como Direito num Mundo Desigual, Lima (2024):

[...] me recordo muito claramente das discussões sobre educação como direito, dada a proporcionalidade de um mundo tão desigual, onde foram trazidas contribuições para a compreensão que destaca a narrativa sobre a ideia de meritocracia, atentando-se por compreender inicialmente a partir de três conceitos fundantes e distintos, sobre os quais alargam os abismos das desigualdades que compõem a sistema educacional, que são: a educação como direito consagrado, a educação como direito decretado e a educação como direito praticado (Pardim, CP, abril de 2025).

Nessa perspectiva, é possível perceber, que o que sustenta o discurso da meritocracia é o entendimento equivocado e de certa forma intencional, de que todos, indistintamente têm os mesmos acessos, mas somente alguns se sobressaem, os demais são considerados incapazes e devem assumir a responsabilidade sobre os seus fracassos.

Em seguida, o conjunto de textos das Unidades I e II, que teve a condução no formato de duplas, iniciou com um chamado bastante relevante, sob a ótica do Professor e Filósofo Dermeval Saviani que discorre sobre o rompimento da regularidade institucional nos espaços públicos e que tem estremecido o sistema democrático nos últimos anos. Nesse aspecto, de acordo com Pardim (2025), os apontamentos foram no sentido de fazer refletir sobre a relação entre escola e democracia, considerando que as políticas educacionais, numa democracia, desempenham um papel fundamental, tendo a educação como um pilar da sociedade, e, vista como um instrumento de transformação social e de fortalecimento do regime democrático,

formando cidadãos mais críticos e, por conseguinte, possibilitando fortalecer o Estado Democrático de Direito.

Ainda no que consiste o mesmo conjunto de textos, sobre a temática que tratou de política/negacionismo, pandemia e democracia:

Foi possível nos compreendermos como um coletivo igualmente afetado pelo impacto do governo nefasto de Jair Messias Bolsonaro, que aqui, para definir o seu (des)governo, quero usar o conceito de Necropolítica, introduzido por Achille Mbembe (2018), que descreve o uso do poder político para determinar quem vive e quem morre, ou seja, o poder de decidir sobre a vida e morte de indivíduos ou grupos (Pardim, CP, abril de 2025).

Sob essa ótica, as reflexões giraram em torno de críticas sobre aquele momento em que o sistema político e social determinava muito claramente quem tinha o direito de viver e quem era condenado a morrer, frequentemente de forma desigual e injusta durante a pandemia da COVID 19.

Nessa mesma atmosfera de impactos e sob os efeitos do “obscurantismo”, conceito trazido para entendermos os momentos políticos sequenciais que antecederam o governo negacionista de Bolsonaro, conforme a autora Pardim (2025), foram feitos apontamentos bastante importantes sobre esse percurso da política brasileira, destacando o quanto isso afetou de forma perversa as relações e a vida das pessoas, tanto nos ambientes públicos de convívio diverso, quanto nos espaços privados, sobretudo familiares, considerando a forte polarização que se consolidou em toda sociedade.

Durante o processo formativo, as discussões realizadas em sala de aula e as leituras propostas possibilitaram ampliar nossa compreensão sobre a complexidade da educação pública no Brasil. Os debates evidenciaram que a escola não pode ser entendida de maneira isolada, mas como parte de um contexto social, político e econômico mais amplo, atravessado por disputas de poder e por diferentes projetos de sociedade.

Essa percepção nos leva a refletir sobre a função social da escola e sobre como ela se torna um espaço de resistência diante das desigualdades estruturais que marcam a realidade brasileira:

Ao acompanhar as apresentações dos colegas, tornou-se mais evidente para mim que a escola pública é resultado de um processo histórico permeado por conflitos permanentes, nos quais se confrontam interesses populares e forças neoliberais. Essa compreensão foi aprofundada a partir da leitura do artigo "Negação da política e negacionismo como política", que revela como discursos antidemocráticos e anti-intelectuais vêm sendo utilizados de forma estratégica para fragilizar a educação (Soares, CP, abril de 2025).

Nas discussões que compuseram as Unidades I e II, algumas temáticas que se relacionam com todas as demais, e que foram debatidas com muita sustentação teóricas, como os princípios da Política Nacional de Educação Digital, tão necessária para a efetivação do letramento digital; o acesso a direitos como necessidade urgente para diminuir as desigualdades e fortalecer as instituições democráticas; as contradições da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, aprovada sem nenhum debate público qualificado e que tem ampliado a distância entre a escola para os filhos da elite e a escola para os filhos dos trabalhadores; o enfrentamento às diversas formas de autoritarismos e privatizações que têm orientado a Política Nacional de Alfabetização; os programas emergenciais de certificação de professores em serviço e os cursos à distância, que desafiam as formações tanto inicial, quanto a continuada. “Sobre essas observações pontuais, tenho na lembrança as várias participações no debate, com a sua mediação tão inteligível e muito didática” (Pardim, CP, abril de 2025).

Considerando as perspectivas iniciais da 2ª carta – elaborada a partir do que a disciplina “Estudo e pesquisa de formação docente, políticas e práticas educacionais” definiu como Unidades II e III:

[...] buscarei abordar os pontos essenciais que consegui apreender durante nossas aulas, considerando também, que posso omitir alguns momentos, dado a dimensão de ideias, da intensidade, perspectivas e, sobretudo, da complexidade das temáticas trabalhadas, que não apenas atendeu as minhas expectativas, como superou, e de forma grandiosa você se destacou, tanto na organização da disciplina, na escolha dos textos, quanto também na condução e intervenção nos debates produzidos (Pardim, CP, maio de 2025).

As discussões que contemplaram o uso de tecnologias e a ética no contexto das pesquisas em educação, jogou luz sobre um aspecto que está muito presente na atualidade, que são os debates não só da comunidade científica, mas também nos vários segmentos da sociedade que discutem as regulamentações e limites das tecnologias digitais e do uso da inteligência

artificial em pesquisas, trazendo reflexões importantes sobre o compromisso e a importância da ética para o desenvolvimento da pesquisa e também para o exercício da atividade docente.

As experiências vivenciadas ao longo da formação evidenciaram que a pesquisa em educação não se limita a um exercício teórico, mas se configura como prática social comprometida com a transformação da realidade. Nesse percurso, percebemos que a produção do conhecimento exige rigor metodológico, sensibilidade ética e abertura para o diálogo com diferentes saberes.

Essa compreensão ampliou nossa visão sobre o papel do pesquisador e sobre os desafios que permeiam a construção de uma investigação crítica e engajada. Nesse sentido, é considerado na escrita da 2ª carta que:

Diante das inovações tecnológicas, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de repensarmos o lugar da tecnologia na prática investigativa, reafirmando nosso compromisso com a integridade intelectual, com os sujeitos envolvidos na pesquisa e com a função social do conhecimento produzido na educação (Soares, CP, maio de 2025).

Quanto à proposta de trazer a trajetória do curso de pedagogia num recorte temporal de 1939 a 2024, sua construção histórica e os sentidos que a constitui nas políticas públicas de tempo em tempo, foi possível entender o quanto houve de evolução, o quanto que as lutas e os movimentos foram importantes nesse processo, mas também foi observado que, ao longo dessas mais de oito décadas, ainda não há percepções muito bem definidas sobre a concepção de Pedagogia e sua função na formação de educadores e, nas discussões trazidas sobre o contexto, verificou-se que os sentidos da Pedagogia, precisa atender bem mais que a estrutura do curso elaborado por dispositivos legais.

Outro aspecto relevante que se apresentou no debate, foi o conjunto de políticas que tratam da educação profissional, juntamente com todos os conflitos e contradições, chamando a atenção sobre a “vigilância” que devemos ter, com relação à “programas transitórios”, com os quais o sistema submete jovens e adultos a etapas de formação “para atender a mão de obra do mercado e que também não se efetiva como política pública”, potencializando ainda mais as fragilidades das modalidades de ensino que contemplam esse público, cujas propostas não

asseguram uma educação inclusiva, com formação crítica e as garantias de direitos, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), e assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) e posteriores adequações.

Cada vez mais, tenho percebido que as modalidades diferenciadas da educação (jovens e adultos, quilombolas, indígenas, imigrantes, escola do campo e em espaços privados de liberdade), que se apresentam com mais vulnerabilidade pedagógica, por situações diversas, também têm seus marcos regulatórios frágeis (Pardim, CP, maio de 2025).

Nessa mesma linha de discussão, os textos com temáticas que chamam a atenção sobre inclusão, direitos humanos e formação de professores, foram detalhando a necessidade de termos percepções mais elaboradas sobre nossa formação, sobre as políticas públicas e de formação, sobre os instrumentos normativos e, sobretudo, compreendermos as relações humanas nos processos formativos que participamos, assim:

Penso que existe uma dimensão maior a ser acessada nos contextos educacionais e nessa dimensão, considero a sensibilidade, os afetos e a humanização das relações como pontos relevantes para subvertemos essa ordem neoliberal que mercantiliza, desidrata e desumanizada as conexões nos espaços que são comuns entre educadores e educandos em qualquer nível e modalidade (Pardim, CP, maio de 2025).

Acreditamos ser importante ressaltar que os textos trabalhados na disciplina, ainda nos proporcionou reflexões que estabeleceram dinâmicas para compreender a importância das nossas pesquisas no atual contexto, haja vista que escrever também é uma forma de existir e resistir. Assim;

[...] refletir sobre possibilidades outras para as nossas pesquisas, apresentando condições para observarmos o nosso atual contexto, as problemáticas e a complexidade com as quais nossa sociedade se constitui num esvaziamento existencial, condicionando o ser e estar no mundo ao modelo estabelecido pelo capital e, nesse sentido, talvez uma das maiores formas de resistência, seja escrever sobre nós, nossas mazelas e o abismo que o sistema tem destinado a educação pública. Nessa mesma sequência de interpretação, compreendi, a partir das leituras, que não há democracia fortalecida sem que as pessoas acessem direitos, e a educação é um direito humano fundamental na perspectiva de que o acesso ao conhecimento é essencial para a dignidade humana e para a promoção da justiça social (Pardim, CP, maio de 2025).

As discussões realizadas ao longo da disciplina evidenciaram que o reconhecimento da diversidade cultural não pode se restringir a uma dimensão retórica, mas deve orientar práticas pedagógicas concretas que promovam o diálogo entre diferentes perspectivas de mundo. Isso implica repensar a escola como espaço de encontro e de respeito às diferenças, em oposição a modelos homogeneizadores que historicamente silenciaram vozes e saberes subalternizados. Desse modo:

A educação intercultural exige a desconstrução de hierarquias entre saberes e a valorização do conhecimento produzido pelas comunidades, pelas tradições populares e pelas experiências cotidianas. Assim, afirmamos a necessidade de que essa abordagem esteja presente tanto na formação inicial, quanto na continuada de professores, garantindo que o compromisso com a justiça social, com os direitos humanos e com a equidade não seja apenas discurso, mas prática efetiva no cotidiano escolar (Soares, CP, maio de 2025).

Nesse movimento de pensar a educação como direito, ficou evidente que não basta apenas garantir o acesso formal à escola, mas é necessário assegurar condições reais para que todos possam aprender e se desenvolver plenamente. Isso implica enfrentar as desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira, as quais se refletem de maneira direta no cotidiano escolar. A educação pública, nesse sentido, deve ser compreendida como um campo de disputa, onde se confrontam projetos de emancipação e de manutenção das estruturas de exclusão, cabendo a nós, pesquisadores e educadores, problematizar tais contradições.

Essas experiências ampliaram significativamente nossa compreensão sobre o papel do pesquisador no campo da educação, evidenciaram as implicações éticas envolvidas na produção do conhecimento e lançaram luz sobre os efeitos concretos dos investimentos ou da falta deles nas políticas públicas voltadas à formação docente e à qualidade do ensino no país (Soares, CP, maio de 2025).

Por fim, entendemos que a escrita acadêmica, ao mesmo tempo que se coloca como um exercício intelectual, também é uma prática de resistência e de esperança. Resistência, porque se contrapõe aos discursos que tentam deslegitimar a escola e o pensamento crítico; e esperança, porque possibilita vislumbrar caminhos para uma educação mais justa, plural e democrática. Assim, reafirmamos a importância de nossas pesquisas como instrumentos de luta política e

pedagógica, que se voltam à construção de uma sociedade em que a dignidade humana seja o princípio orientador de todas as práticas educativas.

A formação docente precisa ser entendida como um processo contínuo, integrado e sustentado por políticas públicas que assegurem condições reais de trabalho, reconhecimento e desenvolvimento profissional. E cabe a nós, enquanto professores-pesquisadores, mantermos o olhar crítico, ético e comprometido com a transformação social por meio da educação (Soares, CP, maio de 2025).

Apontamentos Finais

Este relato de experiência que se articulou a partir de 4 cartas pedagógicas produzidas no contexto da disciplina de “Estudo e Pesquisa de Formação Docente, Políticas e Práticas Educacionais”, ofertada no semestre de 2025/1, teve como objetivo desenvolver uma discussão que permitisse entender, além de todos os apontamentos desta escrita e o que as cartas evidenciam, as implicações do sistema neoliberal que tenciona o desenvolvimento de uma educação de qualidade e comum à todas as pessoas e também sobre os impactos desse sistema para o acesso a direitos, principalmente o direito à própria educação.

O sistema capitalista é um sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca por lucro, todos os seus desdobramentos não trouxeram mudança com que fosse diferente a essas práticas, foi o contrário, em tempos de crise, o sistema se reorganizou e se consolidou mais “eficiente” nas formas de operar junto àquilo que fundamenta a sua existência, que é a acumulação de capital e, nesse contexto, a educação destinada aos filhos dos trabalhadores sempre foi usada como instrumento para formar a mão de obra e manter o sistema.

O neoliberalismo é contrário a qualquer tipo de investimentos em políticas públicas, por considerar que essas políticas não produzem lucro, geram processos burocráticos, aumentam as despesas públicas e, em consequência, suscitam déficits e aumentam tributos, trazendo alterações na economia. Nesse sentido, o Estado neoliberal não compreende como importante, a democratização do acesso às políticas públicas que significa acesso a direitos e nisso implica também na compreensão do regime democrático e, por conseguinte, justiça social, que tem na educação uma via para a mobilidade.

Nesse horizonte crítico, é pertinente recorrer a Mészáros (2008), quando afirma que a educação não pode se restringir a reproduzir a lógica do capital, mas deve ser pensada como instrumento de transformação social. Para o autor, a escola, ao se submeter às exigências do mercado, contribui para a manutenção das desigualdades e da alienação; contudo, ao assumir uma perspectiva emancipadora, pode se tornar espaço de resistência e de construção de novas possibilidades históricas. Assim, reafirma-se a importância de uma educação que vá para além do capital, comprometida com a formação integral dos sujeitos e com a superação das contradições estruturais que limitam o pleno desenvolvimento humano.

Dessa forma, foi possível observar, que as discussões trouxeram profundas reflexões sobre uma crescente onda conservadora, pautada por esse sistema, que tem operado para desqualificar, fragilizar e negar a educação a partir da redução de políticas públicas e da presença do mercado, efetivando projetos no âmbito educacional e, nesse sentido, não só distanciando a sociedade do acesso a esse direito, mas também da possibilidade do seu desenvolvimento, do fortalecimento da democracia e da diminuição das desigualdades, considerando que a educação reúne recursos para reverter as condições de pobreza e, em decorrência, também é um gerador de desenvolvimento, considerando que o conhecimento permite também o acesso a outros direitos.

Nesse cenário, a escrita das cartas pedagógicas se revelou como um exercício potente de reflexão e de resistência. Ao narrarmos nossas inquietações, experiências e percepções, construímos um espaço de diálogo crítico que nos permitiu não apenas compreender os limites impostos pelo neoliberalismo à educação pública, mas também vislumbrar possibilidades de enfrentamento. A escrita, nesse sentido, assume caráter político e formativo, pois contribui para consolidar a consciência de que a educação é um direito inalienável e que seu esvaziamento representa um retrocesso para a sociedade como um todo.

Assim, concluímos que este relato de experiência reforça a urgência de se pensar a educação para além da lógica mercadológica, compreendendo-a como prática social que deve estar comprometida com a emancipação humana, a equidade e a justiça social. As reflexões aqui apresentadas apontam para a necessidade de fortalecer políticas públicas e práticas pedagógicas que garantam a democratização do acesso ao conhecimento e a valorização da

escola pública, entendida como espaço de transformação. Portanto, cabe a nós, educadores e pesquisadores, sustentar uma prática crítica que, mesmo em meio às contradições do sistema, se coloque como ato de resistência e de esperança na construção de uma sociedade mais justa.

LETTERS THAT EDUCATE: REFLECTIVE EXPERIENCES ON EDUCATIONAL POLICIES AND TEACHING PRACTICES

Abstract: This text publishes the report of an experience during the optional subject “Study and Research on Teacher Training, Educational Policies and Practices”, offered in the semester of 2025/1, by the Postgraduate Program in Education (PPGEdu), at the State University of Mato Grosso (UNEMAT). The course, offered in two face-to-face moments of 24 hours and 12 hours remotely, had as its activity the individual elaboration of two pedagogical letters, with reflections on the conceptual implications worked on in these two moments. Anchored in the qualitative approach, the report prepared in pairs considered the descriptive perspective, with interpretative analyzes (Bortoni-Ricardo, 2008), to systematize selected excerpts from the 4 pedagogical letters prepared by the authors. As final notes, given the exercise of listening and intense reflections based on the readings brought by the discipline, the chasms produced by inequalities and denialism became evident. In all contexts of education and research, it presented the need to rethink the place of technology, above all, the use of ethics in research and relationships, also considering the urgency of developing a plural and inclusive education, guided by sensitivity, affection and humanization of relationships to promote social justice.

Keywords: Optional Subject; PPGEdu/UNEMAT; Education; Teacher Training.

Referências

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. 2008. **O professor pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; IVENICKI, Ana. A pesquisa multi/intercultural na Educação: possibilidades de articulação a processos educativos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 32, n. 122, mar. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3pZKycNjVcJJyszwfChvSwQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola sem partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 12ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

NEVES, Ogaciano dos Santos & SPÓSITO, Marcos André Fernandes. Política Nacional de Educação Digital: letramento e cidadania para educação integral. **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v. 51, e 273572, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551273572por>

PARDIM, Maria Aparecida da Silva. **Carta Pedagógica 1**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 18 abr. 2025. Documento autoral e inédito.

PARDIM, Maria Aparecida da Silva. **Carta Pedagógica 2**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 13 jun. 2025. Documento inédito.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42ª. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOARES, Maria Yollanda Barbosa. **Carta Pedagógica 1**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 18 abr. 2025. Documento autoral e inédito.

SOARES, Maria Yollanda Barbosa. **Carta Pedagógica 2**. Disciplina: Estudos e Pesquisas em Formação de Professores e Práticas Educacionais. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT), Campus “Jane Vanini”, município de Cáceres - MT, 13 jun. 2025. Documento autoral e inédito.